

PORTARIA Nº 313, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2013

Define o Mapa do Turismo Brasileiro e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 5º, inciso VI, da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, e no art. 2º, inciso II, e art. 5º, inciso I, ambos da Portaria MTur nº 105, de 16 de maio de 2013, resolve:

Art. 1º Fica definido o Mapa do Turismo Brasileiro, na forma do Anexo, disponibilizado no sítio <www.turismo.gov.br>, como instrumento de orientação para a atuação do Ministério do Turismo no desenvolvimento das políticas públicas setoriais e locais, nos territórios nele identificados, tendo como foco a gestão, estruturação e promoção do turismo, de forma regionalizada e descentralizada.

Art. 2º Na definição das regiões turísticas, que integram o Mapa do Turismo Brasileiro, foram utilizados os seguintes critérios de caracterização:

I - possuir oferta turística dentre os municípios que as compõem;

II - possuir características similares e/ou complementares e aspectos que identifiquem os municípios que compõem as regiões (identidade histórica, cultural, econômica e/ou geográfica em comum); e

III - ser limítrofes e/ou distribuídos de forma contígua.

Parágrafo único. Para os fins desta Portaria, considera-se oferta turística a existência de atrativos, serviços, equipamentos turísticos e acesso.

Art. 3º São compromissos da Região Turística:

I - institucionalizar a Instância de Governança Regional;

II - elaborar o Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico da Região; e

III - indicar um interlocutor para a Região e para cada município que a compõe.

Art. 4º O processo de atualização do Mapa do Turismo Brasileiro será realizado anualmente, observando-se o disposto nesta Portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GASTÃO DIAS VIEIRA

Ministério dos Transportes

AGÊNCIA NACIONAL
DE TRANSPORTES TERRESTRES
DIRETORIA

RESOLUÇÃO Nº 4.203, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2013

Aprova a 3ª Revisão Ordinária, 4ª Revisão Extraordinária e Reajuste da Tarifa Básica de Pedágio - TBP do Sistema Rodoviário composto pelas Rodovias BR-116/324/BA e BA-526/528, trecho Divisa BA/MG - Salvador - Acesso à Base Naval de Aratu, explorado pela ViaBahia Concessionária de Rodovias S/A.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DAL - 060, de 20 de novembro de 2013, no que consta dos Processos nºs 50500.156088/2013-83, 50500.156065/2013-79, e 50500.167026/2013-05;

CONSIDERANDO o disposto nas cláusulas 16 e 20, do Contrato de Concessão relativo ao Edital nº 001/2008, firmado com a ViaBahia Concessionária de Rodovias S/A; e

CONSIDERANDO o comunicado ao Ministério da Fazenda, em cumprimento à Portaria MF nº 118, de 17 de maio de 2002, resolve:

Art. 1º Aprovar a 3ª Revisão Ordinária, alterando a Tarifa Básica de Pedágio de R\$ 2,29675 para R\$ 2,29653, com um decréscimo de 0,010% (dez milésimos por cento).

Art. 2º Aprovar a 4ª Revisão Extraordinária, alterando a Tarifa Básica de Pedágio de R\$ 2,29653 para R\$ 2,16959, com um decréscimo de 5,53% (cinco inteiros e cinquenta e três centésimos por cento).

Art. 3º Aprovar a aplicação do desconto de reequilíbrio de 5,67% (cinco inteiros e sessenta e sete centésimos por cento), apurado para o 3º ano de concessão, alterando a Tarifa Básica de Pedágio de R\$ 2,16959, para R\$ 2,04658, entre 7 de dezembro de 2013 e 6 de dezembro de 2014.

Art. 4º Aprovar o Reajuste que indicou o percentual positivo de 5,84 % (cinco inteiros e oitenta e quatro centésimos por cento), correspondente à variação do IPCA no período, com vista à recomposição tarifária.

Art. 5º Alterar, em consequência, a Tarifa Básica de Pedágio reajustada, antes do arredondamento, de R\$ 3,13447 para R\$ 3,06300 nas praças de pedágio P3, P4, P5, P6 e P7, e de R\$ 1,78665 para R\$ 1,74591 nas praças de pedágio P1 e P2, com um decréscimo de 2,28% (dois inteiros e vinte e oito centésimos por cento).

Art. 6º Manter, na forma das tabelas anexas, a TARIFA BÁSICA DE PEDÁGIO reajustada após arredondamento, em R\$ 3,10 (três reais e dez centavos) para a categoria de veículo 1, nas praças de pedágio P3, P4, P5, P6 e P7.

Art. 7º Alterar a TARIFA BÁSICA DE PEDÁGIO reajustada após arredondamento de R\$ 1,80 (um real e oitenta centavos) para R\$ 1,70 (um real e setenta centavos), para a categoria de veículo 1, nas praças de pedágio P1 e P2.

Art. 8º Esta Resolução entrará em vigor a partir de zero hora do dia 7 de dezembro de 2013.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
Em exercício

ANEXO

TABELA DE TARIFAS
Praças de Pedágio P1 e P2

Categoria de Veículo	Tipo de Veículo	Número de Eixos	Multiplicador da Tarifa	Valores a serem Praticados
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	1,0	1,70
2	Caminhão leve, ônibus, caminhão-trator e furgão com rodagem dupla	2	2,0	3,50
3	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semi-reboque e ônibus	3	3,0	5,20
4	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	4	4,0	7,00
5	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	5	5,0	8,70
6	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	6	6,0	10,50
7	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	7	7,0	12,20
8	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	8	8,0	14,00
9	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	9	9,0	15,70
10	Automóvel com semi-reboque, caminhonete com semi-reboque	3	1,5	2,60
11	Automóvel com reboque, caminhonete com reboque	4	2,0	3,50
12	Motocicletas, motonetas e bicicletas moto	2	0,5	0,90

Praças de Pedágio P3, P4, P5, P6 e P7

Categoria de Veículo	Tipo de Veículo	Número de Eixos	Multiplicador da Tarifa	Valores a serem Praticados
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	1,0	3,10
2	Caminhão leve, ônibus, caminhão-trator e furgão com rodagem dupla	2	2,0	6,10
3	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semi-reboque e ônibus	3	3,0	9,20
4	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	4	4,0	12,30
5	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	5	5,0	15,30
6	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	6	6,0	18,40
7	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	7	7,0	21,40
8	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	8	8,0	24,50
9	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	9	9,0	27,60
10	Automóvel com semi-reboque, caminhonete com semi-reboque	3	1,5	4,60
11	Automóvel com reboque, caminhonete com reboque	4	2,0	6,10
12	Motocicletas, motonetas e bicicletas moto	2	0,5	1,50

RESOLUÇÃO Nº 4.205, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2013

Emite, em favor do Consórcio Planalto, o Ato de Outorga da BR-050/GO/MG, trecho entre o entroncamento com a BR-040, em Goiás, até a divisa de Minas Gerais com o estado de São Paulo.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DNM - 183, de 2 de dezembro de 2013, no que consta do Processo nº 50500.126853/2013-3, e

CONSIDERANDO o atendimento das obrigações insertas nos subitens 7.9 e 15.3 do Edital nº 001/2013, delibera:

Art. 1º Emitir, em favor do Consórcio Planalto, o Ato de Outorga da BR-050/GO/MG, trecho entre o entroncamento com a BR-040, em Goiás, até a divisa de Minas Gerais com o estado de São Paulo, compreendendo uma extensão total de 436,6 km.

Art. 2º Autorizar a assinatura do respectivo Contrato de Concessão, nos prazos e condições estabelecidos no Edital nº 001/2013, com a devida publicação do extrato no Diário Oficial da União.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
Em exercício

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA
E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO
DE CARGAS

PORTARIA Nº 157, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2013

O Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas - SUFER da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação Nº 158/2010, alterada pela Deliberação Nº 038 de 22/02/2013, Resolução ANTT nº 2.695/2008 e no que consta dos Processos abaixo listados, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação dos Projetos de Interesse de Terceiros - PIT abaixo relacionados, com impacto na malha ferroviária concedida, conforme o extrato do contrato e com base na análise dos respectivos processos.

Parágrafo único: Esta autorização não dispensa o solicitante ou a Concessionária da emissão de licenças, dispensas e certificações que se fizerem necessárias, no que couber e, conforme sua responsabilidade, junto aos respectivos órgãos competentes nas esferas municipal, estadual ou federal.

ALP - América Latina Logística Malha Paulista

1.Processo: 50500.085039/2012-78

Nota Técnica: 485/GPFER/SUFER/2013

Projeto: PIT - Ampliação de vão de ponte ferroviária entre o km 294+244 ao km 295+166, entre os municípios de Pederneiras/SP e Jaú/SP.

Interessado: Departamento Hidroviário da Secretaria de Logística e Transportes do Estado de São Paulo

Concessionária: ALP

Contrato nº: 064/NN/GRCP/12

Tipo de Contrato: Oneroso

Valor da parcela anual: R\$ 500,00

Tipo de reajuste: Anual

Alíquota sobre a Receita líquida de atividade autorizada:

10%

Início: Após a Autorização da ANTT.

Final: Coincidente com a vigência do Contrato de Concessão.

Art. 2º Em caso de declaração de reversibilidade das obras pelo Poder Concedente, não será devida indenização em favor da Concessionária ou de terceiros.

Art. 3º As Concessionárias deverão encaminhar à ANTT cópia do contrato formalizado com o terceiro interessado em até 10 (dez) dias úteis após a publicação desta Portaria e, dos aditivos, em até 10 (dez) dias após a sua assinatura.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEAN MAFRA DOS REIS

Conselho Nacional do Ministério Público

DESPACHO DO PRESIDENTE

Em 25 de novembro de 2013

Processo CNMP nº 0.00.000.001614/2013-31

Requerente: Waldelia Vaz Silveira

DESPACHO

(...) Diante dos fatos noticiados, encaminhe-se cópia dos autos ao Conselho Nacional de Justiça - órgão de controle da atuação do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região -, para ciência e providências que entender cabíveis.

Publique-se. Comunique-se no endereço eletrônico utilizado pela requerente.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

SECRETARIA-GERAL

SESSÕES DE DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA
DE PROCESSOS

Sessão: 1396 Data: 25/11/2013 Hora: 14:28

Processo: 0.00.000.000521/2010-47

Classe: Reclamação Disciplinar

DistribuiçãoMarcelo Ferra de Carvalho

Processo: 0.00.000.001685/2013-34

Classe: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo

DistribuiçãoAlexandre Berzosa Saliba

Processo: 0.00.000.001686/2013-89

Classe: Procedimento de Controle Administrativo

DistribuiçãoMario Luiz Bonsaglia

Processo: 0.00.000.001687/2013-23

Classe: Reclamação Disciplinar

DistribuiçãoCorregedoria

Processo: 0.00.000.001689/2013-12

Classe: Procedimento Interno de Comissão

DistribuiçãoComissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência

Processo: 0.00.000.001690/2013-47

Classe: Procedimento Advogado

DistribuiçãoCláudio Henrique Portela do Rego

Processo: 0.00.000.001691/2013-91

Classe: Procedimento de Controle Administrativo

DistribuiçãoLeonardo Henrique de Cavalcante Carvalho